

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
 CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
 ALAMEDA SANTOS, Nº 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras ao ano de 2021 estão sendo informadas comparativamente com 2020, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício
 A Sociedade apresentou no exercício de 2021 um lucro líquido de R\$ 19.360 mil (R\$ 33.953 mil em 2020), correspondendo a uma rentabilidade de 1,88% (3,42% em 2020) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2021, no valor de R\$ 1.028.141 mil (R\$ 993.802 mil em 2020).

Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2021: a título de dividendos, R\$ 490,07 para titulares de ações preferenciais da classe "A", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2021, totalizam R\$ 563,36 para titulares de ações preferenciais da classe "A". Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "B".

Patrimônio Líquido
 O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 1.038.886 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.028.141 mil em 31 de dezembro de 2020), com crescimento de 1,05% no ano (3,46% em 2020).

Capital Social
 Em 31 de março de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$ 384.787 mil para R\$ 397.552 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 552/2014, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022, revisou, discutiu e concordou com a opinião do relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Beny Fiterman (Diretor) **Christophe Yvan François Cadier** (Diretor Presidente) **Marco Aurélio Neto Arnes** (Diretor)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho Administração de 23 de fevereiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais Mil)

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO				
Ativo Circulante	70.356	22.235		
Caixa e equivalentes de caixa	4 457	467		
Títulos para investimento	5 68.928	20.673		
Outros ativos	6 971	1.095		
Ativo não Circulante	978.331	1.015.608		
Ativo Realizável a Longo Prazo	530	524		
Outros ativos	6 530	524		
Investimentos	977.795	1.015.078		
Investimentos em coligadas	7 977.795	1.015.078		
Imobilizado	6	6		
Ativos tangíveis	6	6		
TOTAL DO ATIVO	1.048.687	1.037.843		
PASSIVO				
Passivo Circulante			9.685	9.586
Obrigações				
Dividendos a pagar			8.343	8.070
Outros passivos	8		1.342	1.516
Total das obrigações			9.685	9.586
Passivo não Circulante			116	116
Exigível a Longo Prazo			116	116
Provisão para contingências	8		116	116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	9.a		397.552	384.787
Reservas de capital	9.b		9.573	9.140
Reservas de lucros	9.c		571.165	572.633
Ajustes de avaliação patrimonial			60.596	61.581
Total do patrimônio líquido			1.038.886	1.028.141
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.048.687	1.037.843

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em Reais Mil)

Histórico	Reserva de Lucros		Reserva Especial para Aumento de Capital		Reserva Especial para Dividendos		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados		Total
	Capital Subscrito e Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial para Aumento de Capital	Reserva Especial para Dividendos	Patrimonial	Acumulados	Total		
Saldos em 31.12.2019	369.202	8.736	53.085	162.057	281.156	66.132	53.344	-	-	993.802	8.147
Ajustes de investimentos	-	-	-	-	-	-	8.147	-	-	-	-
Aumento de capital:											
Com reservas (nota 09 a)	15.585	-	-	-	(15.585)	-	-	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	404	-	-	-	-	-	-	-	-	404
Realização de lucros	-	-	-	(7.805)	-	-	-	-	-	-	7.805
Dividendo complementar (adicional) no exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	33.953	-	33.953
Distribuição:											
Reserva legal (nota 09 c1)	-	-	1.698	-	-	-	-	-	-	(1.698)	-
Reserva de lucros a realizar (nota 09 c2)	-	-	-	8.064	-	-	-	-	-	(8.064)	-
Reservas estatutárias (nota 09 c3)	-	-	-	-	21.448	2.383	-	-	-	(23.831)	-
Dividendos (nota 09 d/e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.805)	(7.805)
Ajuste Reflexo da A Seguradora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(360)	(360)
Saldos em 31.12.2020	384.787	9.140	54.783	162.316	287.019	68.515	61.581	-	-	1.028.141	(985)
Ajustes de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(985)
Aumento de capital:											
Com reservas (nota 09 a)	12.765	-	-	-	(12.765)	-	-	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	433	-	-	-	-	-	-	-	-	433
Realização de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.063
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.360
Distribuição:											
Reserva legal (nota 09 c1)	-	-	968	-	-	-	-	-	-	-	(968)
Reserva de lucros a realizar (nota 09 c2)	-	-	-	4.598	-	-	-	-	-	-	(4.598)
Reservas estatutárias (nota 09 c3)	-	-	-	-	12.415	1.379	-	-	-	-	(13.794)
Dividendos (nota 09 d/e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.063)
Saldos em 31.12.2021	397.552	9.573	55.751	158.851	286.669	69.894	60.596	-	-	1.038.886	-

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais Mil - exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que é a sociedade anônima de capital aberto, originou-se com o nome de Participação A. Administração S.A. - PASA, constituída em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte - MG, e desde o início de suas atividades objetivava manter participações em outras empresas. Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.08.1969, foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo - SP e a modificação da denominação para Real S.A. Participações e Administração. A A.G.E. de 08.04.1999 alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A.. A sede social está localizada na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, nº 466. A Sociedade é registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 - Brasil, Bolsa e Balcão com o código de negociação RPAD. Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - C.F.I., Banco Alfa S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.), tecnologia e serviços (Metro Tecnologia e Serviços Ltda.). A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 23 de fevereiro de 2022 e aprovadas pelo Conselho Administração da Sociedade na mesma data. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **b) Base para avaliação:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade em: Provisão para riscos fiscais; e Ativos tributáveis diferidos. **d) Informações sobre participações detidas em coligadas:** (i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas. (ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras de forma consistente pela Sociedade: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo em caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil). Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **b) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** i. **Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os instrumentos financeiros operados pela Sociedade são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que são incrementais diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. ii. **Apresentação dos Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros detidos pelo Conglomerado estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 a seguir: (1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (2) Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. (3) Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadram nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. (4) Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizado; exceto os passivos derivativos. O CPC 46 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode ocorrer o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber: i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; ii. Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos abaixo. **iii. Balxas:** Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfe-rem nem retem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla. Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o CPC 48/IFRS 9, parágrafo 3.3.1. **iv. Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis. **c) Investimento em coligadas:** Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **d) Impostos sobre lucros:** Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas que lhes deram origem. Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos na forma e período estabelecidos na legislação e com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor. Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço. Os impostos diferidos

passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. **e) Provisões:** As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis. As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade. Estas são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis. **f) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente. **g) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. **h) Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional	457	467

NOTA 5 - TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	31.12.2021		31.12.2020	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Letras Financeiras (i)	Valor justo por meio do resultado	28.280	28.280	-
Certificados de depósitos bancários (ii)	Valor justo por meio do resultado	40.648	40.648	20.673
Total dos títulos para investimento		68.928	68.928	20.673

(i) Em 31 de dezembro de 2021, os títulos para investimento referem-se a operações com o Banco Alfa de Investimento S.A., com vencimento até 02.12.2022. Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	372	70
Impostos e contribuições a compensar (i)	593	1.025
Diversos	6	-
Total de outros ativos circulante	971	1.095
Não Circulante		
Depósitos judiciais (ii)	525	519
Opções por incentivos fiscais	5	5
Total de outros ativos não circulante	530	524

i) Impostos e contribuições a compensar: O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DICOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher. **ii) Depósitos judiciais:** Trata-se de Contribuição Previdenciária incidente sobre honorários de diretoria do período de janeiro/90 a julho/94 recolhida com a mesma alíquota incidente sobre folha de pagamento de funcionários, nos moldes da exigência contida no inciso I, do art. 3º, da Lei nº 7.787/89 e art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, a qual foi considerada inconstitucional pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. Houve decisão judicial favorável à Sociedade, transitada em julgado. A Sociedade realizou o levantamento de parte do depósito judicial, outra parte foi transferida para garantia de outro processo a pedido da Fazenda Nacional e há ainda um saldo residual a ser levantado.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Coligadas	% de participação		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financieiro	17,78	17,78	282.824	276.006	9.482	9.788
Alfa S.A. - C.F.I.	Financieiro	16,94	16,94	174.741	165.254	9.928	5.955
Corumbal Participações e Administração Ltda.	Serviços	42,83	42,83	450.291	450.585	2.104	18.541
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	Serviços	49,36	49,36	69.998	123.192	108	4.171
Outros Investimentos		-	-	41	41		

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
 CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
 ALAMEDA SANTOS, Nº 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais Mil - Exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício

Coligadas	31.12.2021		31.12.2020		Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do exercício
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais				
Banco Alfa de Investimento S.A.	53.746	(7.744)	46.002	59.219	(60.317)	44.904	(7.321)	73.883
Financieira Alfa S.A. - C.F.I.	23.299	(31.944)	(8.645)	(143.182)	(11.478)	(163.305)	(34.226)	77.245
Cumbal Participações e Administração Ltda.	-	-	-	16.389	1.574	17.963	(8.793)	4.916
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	-	-	4.873	523	5.396	(4.847)	219
Total								

Demonstração do resultado do exercício

Coligadas	31.12.2021		31.12.2020		Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do exercício
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais				
Banco Alfa de Investimento S.A.	42.629	(5.224)	37.405	(73.601)	111.044	74.848	(14.690)	74.955
Financieira Alfa S.A. - C.F.I.	17.655	(26.740)	(9.085)	(304.813)	31.499	(282.399)	(20.178)	54.068
Cumbal Participações e Administração Ltda.	-	-	-	54.891	(1.100)	53.791	(1.953)	43.293
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	22.349	(1.716)	20.633	18.217	151	39.001	(6.586)	8.451
Total								

NOTA 8 - OUTROS PASSIVOS

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Dividendos e JCP a Pagar	8.343	8.070
Fornecedores	699	892
Obrigações Fiscais	133	89
Participação no Lucro Administradores	501	526
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	9
Total de outros passivos circulantes	9.685	9.586
Não Circulante		
Provisão para Riscos Fiscais (1)	116	116
Total de outros passivos não circulante	116	116

(1) Saldo provisão para riscos fiscais de R\$ 116 (R\$ 116 em 2020) está composto principalmente de ação de contribuição sindical patronal, avaliada como de perda provável.

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31.12.2021			31.12.2020			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital	Total	Ordinárias	Preferenciais
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	384.787	84.682.269	46.011.632	38.670.637
Aumento de capital	-	-	-	12.765	-	-	-
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	397.552			

(*) Em 31.03.2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 384.787 para R\$ 397.552, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações. As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.12.2021			31.12.2020		
	PNA	PNB	Total	PNA	PNB	Total
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens: a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c); b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital: As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068
Outras reservas de capital (dividendos prescritos)	7.460	7.027
Total	9.573	9.140

c) Reservas estatutárias: Nos termos da Legislação Societária, a Sociedade deve destinar 5% de seu lucro anual, que pode ser utilizado para aumento de capital ou absorção de perdas, mas não pode ser distribuído na forma de dividendos. **d) Lucros acumulados:** Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital. **e) Dividendos:** O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei nº 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

	Antes da Lei nº 10.303			Após a Lei nº 10.303			Total
Saldo inicial em 01.01.2021	87.100	75.216	162.316	-	-	-	162.316
Constituição	-	4.598	4.598	-	-	-	4.598
Realização	-	(8.063)	(8.063)	-	-	-	(8.063)
Saldo Final em 31.12.2021	87.100	71.751	158.851				

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração		
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Conselheiro	ADILSON HERRERO Conselheiro	

DIRETORIA		
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER (Diretor Presidente)		
BENY FITERMAN (Diretor)	MARCO AURÉLIO NETO ARNES (Diretor)	

CONTADORA		
ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS CRC 1SP 232846/O-2		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Alfa Holdings S.A. São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Investimentos em controladas e coligadas (Nota Explicativa nº 7)
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria
 As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Accounting Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nesse contexto, algumas das coligadas foram consideradas componentes significativas durante nossos trabalhos e são auditadas por outro auditor independente. Devido à relevância dos valores envolvidos e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, consideramos esse assunto, como significativo para nossa auditoria, tendo em vista também os diversos procedimentos de auditoria que estamos sujeitos a executar, além de supervisionar o nível de qualidade e competência do auditor componente, conforme previsto e requerido na norma de auditoria de grupos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
 • A comunicação com o auditor componente das coligadas significativas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e a época de realização dos trabalhos;
 • Aplicamos os conceitos previstos e de acordo com a NBC TA 600 (R1)/ISA 600 - Considerações especiais - Auditorias de demonstrações financeiras de grupo, entre outros procedimentos executados, emitimos instruções de auditoria com a solicitação de análises e declarações requeridas, bem como revisamos os papéis de trabalho dos componentes e discutimos os procedimentos de auditoria executados e os resultados alcançados, de forma a concluir se os mesmos haviam sido adequadamente planejados de forma a endereçar os riscos de distorção relevante e/ou necessitavam de procedimentos e/ou testes adicionais; e

• Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados nas coligadas, discutimos com o auditor componente e avaliamos os eventuais impactos sobre as demonstrações financeiras e eventuais reflexos nas divulgações da Sociedade.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis dos investimentos em controladas e coligadas e seus reflexos nas demonstrações financeiras, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
 A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a elaboração de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

desenvolvimos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Risco operacional: A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
 Sempre em conformidade com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas:

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Caixa e disponibilidade em bancos	5	5	-	-
- Outras partes relacionadas	5	5	-	-
Banco Alfa S.A.	5	5	-	-
Títulos para investimento	68.928	20.673	1.362	210
- Coligadas	68.928	20.673	1.362	210
Banco Alfa de Investimento S.A.	68.928	20.673	1.362	210
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	372	69	666	84
- Coligadas	372	69	666	84
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	67	225	79
Financieira Alfa S.A. - C.F.I.	372	2	441	5
Outros Ativos/Outros Passivos	-	-	-	97
- Coligadas	-	-	-	97
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	-	-	97

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2021, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 167 (R\$ 160 em 2020). Em 2021, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 1.570 (R\$ 1.609 em 2020). (1) Benefícios - Conselho de Administração e Diretoria: Em 2021 e 2020 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. (3) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2021: Preferenciais: 32,105% e total de ações: 16,754%.

NOTA 16 - OUTROS ASSUNTOS
 Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo através de diversas variantes, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos. Como o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática de juro zero, além da expansão fiscal. No Brasil, além das medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, para dar liquidez ao Sistema Financeiro Nacional, o Poder Executivo e Legislativo buscam aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão da Covid-19, propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia e trabalhadores mais afetados. Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas. Desde o início da pandemia, as atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Com o avanço da vacinação e a redução dos números de infecções, iniciamos a retomada do trabalho presencial, porém, de forma híbrida. Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuam sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes.

DIRETORIA		
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER (Diretor Presidente)		
BENY FITERMAN (Diretor)	MARCO AURÉLIO NETO ARNES (Diretor)	

CONTADORA		
ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS CRC 1SP 232846/O-2		

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade, o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio Eurico Ferreira Rangel		Rubens Barletta Valter dos Santos	
--	--	--------------------------------------	--